



ATA DE REUNIÃO

2ª Reunião do Comitê de Gestão de Uso Sustentável de Lagostas - CGSL

I – PERÍODO: 22 a 23 de fevereiro de 2005.

II – LOCAL: IBAMA - CENTRE, Brasília-DF.

III – PROMOÇÃO: DIFAP/IBAMA, coordenada pela CGREP/DIFAP, com a participação da DIPRO/IBAMA, Gerências Executivas do IBAMA dos Estados do Amapá, Pará, Piauí, Paraíba, Ceará, Alagoas, Rio Grande do Norte e Espírito Santo, CEPENE e representante da SEAP-PR e dos Ministérios da Defesa – Marinha do Brasil, do Meio Ambiente – MMA e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC e representantes da Confederação Nacional dos Pescadores - CNP, Comissão Pastoral dos Pescadores - CPP, Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE, Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca - CONEPE, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Pesca de Belém - SINDIPESCA, Sindicato dos Patrões de Pesca dos estados do Pará e AMAPÁ - SINPPA e Instituto TERRAMAR.

IV - PARTICIPANTES:

Nome	Instituição	Telefone	e-mail
Abraão Lincoln	CNP	(84) 211-8124	
Antônio Clerton de Paula Pontes	CEPENE/IBAMA	(81) 3676-1310	antonio.pontes@ibama.gov.br
Antonio Joaquim G. Moreira	Comando da Marinha/MD	(61) 429-1091	moreirad@brturbo.com.br
Antonio Maria de Melo Ferreira	Gerex-PA/IBAMA	(91) 224-5899	antonio.ferreira@ibama.gov.br
Artz Coelho de Souza Fleck	CGFIS/DIPRO/IBAMA	(42) 91037379	artyfleck@uol.com.br
Carla Medeiros y Araújo	SEAP-PR, pesca artesanal	(61) 218-2880	carlaaraujo@agricultura.gov.br
Clemeson Jose Pinheiro da Silva	COOPE/CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 316-1202	clemeson.silva@ibama.gov.br
Daniel H. G. S. de L. B. Cabral	COOPE/CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 316-1228	daniel.cabral@ibama.gov.br
Edna Cesette	MDIC/SECEX/DECEX	(61) 2109-7160	edna.cesette@desenvolvimento.gov.br
Eduardo Filippi Ferreira	Gerex-AP	(96) 214-1118	eduardo.ferreira@ibama.gov.br
Edvaldo Lopes Gonçalves	SINPPA	(91) 227-2791 / 9119-6496	sinppa@ig.com.br
Elisa Maria Graduohi Bezerra	CONEPE/Indústria	(61) 328-8147 / (85)3455-1818	elisa@inace.com.br
Eloy de Sousa Araújo	CONEPE/Armadores	(61) 328-8147 / (85)3264-1778	yolearaujo@hotmail.com.br
Francisco Antonio Bezerra	Presidente Z33	(84) 3327017	
Francisco Machado	DICAP/SEAP	(61) 218-2900	chicomachado@agricultura.gov.br
Hiram Lopes Pereira	COPEP/CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 316-1638	hiram.pereira@ibama.gov.br
Italo José Araruna Vieira	CEPNOR/IBAMA	(91) 274-1237	ijvieira@interconnect.com.br
Jacinta Oliveira Dias	COOPE/CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 316-1228	jacinta.dias@ibama.gov.br
José Augusto Aragão	SEAP/CE	(85) 3455-9298	j_aragao@secrel.com.br
José Dias Neto	CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 316-1480	jose.dias-neto@ibama.gov.br
Kleber R. Alves	DIPRO/IBAMA	(61) 316-1334	kleber.alves@ibama.gov.br
Luiz Carlos Zawadzki	MDIC/SECEX/DECEX	(61) 2109-7582	luiz.zawadzki@desenvolvimento.gov.br
Marcela de Castro Trajano	COREG/SEAP	(61) 218-2860	mctrjano@agricultura.gov.br
Marcelo Sauwen Cruz	CGFIS/DIPRO/IBAMA	(61) 316-1280	marcelo.cruz@ibama.gov.br
Maria Conceição Alves Correia	CPP	(85) 3238-8392	angelainealves@bol.com.br
Nilamon de O. Leite Junior	Gerex-ES/IBAMA	(27) 3222-1417	nilamon@tamar.org.br
Pedro Alzires de Miranda	SINDIPESCA	(91) 207-0944 / 9617-2270	
Raimundo Braga	Gerex-CE/IBAMA	(85) 3227-9081	Raimundo.braga@ibama.gov.br
Raimundo Felix Rocha	MONAPE	(91) 230-5551	
Raimundo Ivan Mota	Gerex-PI/IBAMA	(86) 327-2585	raimundo-ivan.mota@ibama.gov.br
René Schaerer	Instituto Terramar	(85) 3226-2476 / 4154	
Roberto Ribas Gallucci	GGRP/DCBIO/SBF/MMA	(61) 4009-9582	roberto.galucci@ibama.gov.br
Rômulo José Fernandes Barreto Mello	DIFAP/IBAMA	(61) 316-1650	irmao_mello@ibama.gov.br
Ronilson José da Paz	Gerex-PB/IBAMA	(83) 218-7213	ronilson.paz@ibama.gov.br
Salustiano Marques dos Santos	Gerex-SE/IBAMA	(79) 211-1699	salumarques@uol.com.br
Sebastião Saldanha Neto	COREG/SEAP	(61) 218-2860	sebastiaos@agricultura.gov.br
Silvia Helena Bulziani Lucato	COOPE/CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 316-1228	silvia.lucato@ibama.gov.br
Sólon Manso S. Fagundes	GEREX-RN/IBAMA	(84)201-5840	solon.fagundes@ibama.gov.br
Ugo Eichler Vercillo	COPEP/CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 316-1231	ugo.vercillo@ibama.gov.br



V – SÍNTESE DOS RESULTADOS:

O Sr. José Dias Neto, na qualidade de Coordenador Substituto do CGSL, abriu a reunião informando que o Sr. Rômulo Mello, Diretor da DIFAP, em função de reunião do Conselho Gestor do IBAMA, só estaria presente no dia 23 para conduzir os trabalhos e sugeriu uma breve apresentação dos participantes.

ITEM 01 – Aprovação da Agenda

Com a abertura da reunião, foi apresentada a proposta de agenda. Como sugestão da mesa, houve alteração no dia de exposição do item “estímulo ao uso de petrechos permitidos”, em função do representante formal das Gerências Executivas do IBAMA, o Gerente Executivo do estado do Ceará, estar presente somente no dia 23. Em decorrência desta alteração e da solicitação de definição de hora, no 1º dia, por parte da DIPRO, o item “Apresentação do Plano Nacional de Fiscalização da Pesca de Lagostas”, foi antecipado.

A agenda aprovada encontra-se no ANEXO A.

ITEM 02 – Objetivo da Reunião

O Sr. José Dias Neto informou que a 2ª Reunião do Comitê de Gestão de Uso Sustentável de Lagostas teve como objetivos: 1 - dar continuidade à Instalação do CGSL, por meio da nomeação de seus membros; 2 - aprovação do Regimento Interno; 3 - aprovação dos nomes dos componentes dos Subcomitês Científico e de Cumprimento; 4 - apresentação do Plano Nacional de Fiscalização; 5 - discussão sobre incentivos ao uso de petrechos permitidos; 6 - apresentação dos resultados das discussões nos estados sobre a unificação dos tamanhos mínimos das lagostas; e, 7 - apresentação pelo TERRAMAR de uma experiência de Certificação de Lagostas.

ITEM 03- Aprovação da Ajuda Memória

O Coordenador Substituto do CGSL e coordenador da reunião informou que a ajuda memória da primeira reunião foi enviada a todos os participantes via correio eletrônico e solicitou que fossem feitos comentários gerais (forma e conteúdo). O Sr. Francisco Machado, SEAP/PR, concordou com o modelo apresentado e conteúdo, mas discorda do termo Ajuda Memória e sugere mudança no título para Ata de Reunião, por ser mais formal e ter valor legal, e propôs a aprovação após o intervalo para leitura.

Acatando a sugestão, houve a aprovação na mudança do nome para ATA DE REUNIÃO, e foi dado um intervalo para a leitura. Com o retorno aos trabalhos, foram incorporadas as sugestões à Ata da 1º Reunião do CGSL e esta foi aprovada.

ITEM 04 – Nomeação dos componentes do Comitê

O Coordenador Substituto do CGSL informou que todas as instituições e demais entidades que compõem o Comitê apresentaram seus representantes, com exceção do Ministério Público Federal e que neste caso, seria analisada a composição.

O item foi encerrado informando que haverá aditivo à portaria de criação e de nomeação do CGSL para inclusão de mais um representante do CONEPE/Armador e da representação das GEREX'S do IBAMA.

ITEM 05- Discussão e aprovação do Regimento Interno

O Sr. José Dias informou que o Regimento Interno foi encaminhado via correio eletrônico para todos os membros do CGSL, e que já foram incorporadas algumas sugestões previamente encaminhadas. Assim, acatando-se as sugestões do representante da Marinha, Capitão-de-Mar-e-Guerra Antônio Moreira e do representante do CONEPE/Armadores, Sr. Eloy de Souza, foi realizada a leitura e correção do texto. Cabe destacar que, por premissa, as alterações seriam baseadas no texto da portaria de criação do CGLS. Após a leitura e discussão, o Regimento Interno foi aprovado, e sua versão final encontra-se no ANEXO B.



Ressalte-se que durante a discussão do regimento interno, foi questionada, pelo Presidente da Colônia Z-33/RN, a ausência do representante da CNP, o que poderia prejudicar a participação da entidade do setor que representa. Foi sugerido que se algum representado estivesse se sentindo prejudicado que apresentasse formalmente à Coordenação, por escrito, sua reivindicação.

ITEM 07 – Apresentação do Plano de Fiscalização da Pesca de Lagostas – PFL - DIPRO/IBAMA

O Sr. Kleber, representante da DIPRO informou que o Plano de Fiscalização da Pesca de Lagostas – PFL, não foi elaborado, que veio à reunião para debater sobre as ações de fiscalização relativas à lagosta, e que a DIPRO vem trabalhando para implementação das novas ações na tentativa de reduzir os custos da fiscalização, cuja atuação é ínfima pela falta de recursos financeiros e humanos, principalmente. Essas ações consistem, principalmente, na adoção de novas tecnologias e informação para fiscalização: rastreamento por satélite, SIPAM, mapeamento e zoneamento ambiental, e identificação de rotas de fuga.

Completando o Sr. Marcelo, Coordenador de Normatização da CGFIS, informou sobre o trabalho com o SIPAM e sobre os trabalhos que estão sendo realizados para implementação do rastreamento por satélite. O Sr. Kleber retomou a palavra, informando que atualmente estão sendo definidos critérios para a implementação do sistema de rastreamento, como por exemplo, o custo de instalação e manutenção, ressaltando que uma das possibilidades é a instalação apenas nos períodos de defeso. Mas essas ações não eliminarão a atuação rotineira da fiscalização de campo.

Os presentes José Augusto Aragão (SEAP/PR), Nilamon Leite (IBAMA/ES), Eloy de Souza (CONEPE/Armador), Francisco Machado (SEAP/PR), Ivan Mota (IBAMA/PI), Antônio Mello (IBAMA/PA), Elisa Bezerra (CONEPE/Indústria), teceram comentários de desapontamento às informações apresentadas pela DIPRO, uma vez que um dos objetivos principais dessa reunião era a aprovação do Plano de Fiscalização da Pesca de Lagostas, já acordado em pelo menos três reuniões passadas e que mais uma vez a fiscalização fica a desejar. Isto põe em risco toda a credibilidade do processo de gestão, já que aqueles que atuam na ilegalidade não são punidos. Ainda, ressaltaram que não é necessária a implantação de medidas sofisticadas e de alto custo, pois já foram identificados os pontos de estrangulamento onde a fiscalização deve atuar, quais sejam: verificação do tamanho mínimo nas empresas exportadoras e nos portos e pontos de desembarque; combate a frota não permissionada; e, pesca com compressor. O Coordenador Substituto do CGSL (José Dias), teceu comentários, também, no sentido dos compromissos assumidos pela DIPRO em reuniões passadas quanto a elaboração e implementação de um Plano de Fiscalização da Pesca de Lagostas.

A representante da CPP e o representante do CONEPE, ressaltaram que é imprescindível que sejam tomadas ações urgentes quanto à pesca ilegal, pois é corriqueiro o conhecimento de atos violentos realizados por pescadores, contra aqueles ilegais e que o próprio IBAMA poderá ser afetado por estes atos.

O representante do Instituto TERRAMAR, Sr. René, informou que há quatro anos foi encaminhada à Brasília proposta para um acordo entre o Governo Brasileiro e os EUA (US Department of Commerce- National Ocean and Atmospheric Administration-NOAA) para fiscalização da lagosta importada nos portos americanos. Entretanto, até hoje nada foi feito. Completa dizendo que o Ceará é o estado mais fácil de controlar a pesca da lagosta mas não é feito por inoperância da fiscalização e problemas com o Escritório Regional do IBAMA de Aracati.

Ponderou, ainda, que o Gerente do IBAMA/CE lhe havia informado que no ano de 2004, foi repassado somente R\$ 10.000,00 para a fiscalização da pesca de lagostas.

Alertou-se que o recurso financeiro que a SEAP/PR repassa ao IBAMA não tem sido aplicado na fiscalização da pesca como previsto em lei.

O Sr. Nilamon Leite (IBAMA/ES) apresentou proposta para prorrogar o prazo de envio dos planos estaduais e consolidar o PFL em reunião em Brasília.

O senhor Sebastião Saldanha Neto (SEAP/PR) aproveitou a ocasião para lembrar da importância da participação do Ministério Público do Trabalho na elaboração do PFL em função da sua atuação sobre o uso de artes ilegais de pesca como o compressor.

O representante da DIPRO solicitou um período no dia seguinte, para responder aos questionamentos feitos. Assim, as discussões deste item foram suspensas no aguardo da manifestação da DIPRO.



O representante da DIPRO retornou à reunião e retomou a questão do PFL, justificando que não havia trazido as informações no primeiro dia da reunião (22/02), pois na agenda que recebeu a apresentação da DIPRO estava colocada para o dia 23/02 e por isso trouxe as informações no segundo dia. Continuando, o representante da DIPRO informou sobre a elaboração de um Plano Nacional de Fiscalização da Pesca, que continha ações gerais da fiscalização, inclusive da lagosta. Entregou ao Coordenador Substituto do CGSL o referido documento preliminar e mais um documento que informou ser o Plano de Fiscalização da Pesca de Lagostas. O Coordenador Substituto do CGSL esclareceu aos presentes que este documento era, na realidade, a "Proposta Preliminar para Implementação de Medidas Emergenciais de Ordenamento da Pesca de Lagosta. Brasília, 03/2004. DIFAP/CGREP, DIPRO, CORENE", não era o Plano acordado em reuniões anteriores.

O representante da DIPRO salientou que o plano nacional de fiscalização não deveria ser amplamente divulgado, pois é um documento interno e será finalizado em reunião a ser realizada em Fortaleza nos dias 11 e 12 de Março.

Quanto ao repasse de recursos da SEAP-PR para a fiscalização, informou que o IBAMA recebeu, em 2003, R\$ 1 milhão, que foram destinados ao pagamento de água, luz e telefone. E que em 2004 só chegaram a DIPRO R\$100 mil no final do mês de dezembro. Completou sugerindo que é preciso um rastreamento do recurso.

O representante do CONEPE/Armador sugeriu e foi aprovado pelo Comitê, que o Coordenador do CGSL solicitasse informações ao Presidente do IBAMA sobre o uso dos recursos repassados pela SEAP/PR.

Finalizando ficou definido que seria elaborado, pela DIPRO o PFL a partir do documento encaminhado pelos estados e que seriam realizados os contatos com a aduana americana (NOAA) para a parceria na fiscalização.

ITEM 08 – Experiência de Certificação de Lagostas – TERRAMAR

O Sr. René (TERRAMAR) apresentou uma experiência internacional sobre a certificação de lagosta pelo MSC, realizada no México para a lagosta *Panulirus interruptus*, a partir de 2000, cabendo destacar os seguintes pontos:

- a. Realização: federação de cooperativas de pesca;
- b. Foram definidos os direitos de pesca para cada usuário;
- c. A fiscalização é financiada pelas cooperativas; e
- d. A área de pesca é de exploração exclusiva da federação.

Concluiu informando que uma possível certificação da lagosta no Brasil deve ser pensada a longo prazo, no mínimo dez anos, tendo início com a criação de um código de conduta para a pesca, posteriormente com a criação de uma área exclusiva de pesca.

O senhor José Augusto Aragão explicitou que a certificação deve ser o último passo no processo de gestão, pois esse é o selo que comprova o manejo adequado.

Completando a Dra. Sílvia Lucato (DIFAP/BSB) questionou o modelo de gestão por área desta certificação que é contrário ao modelo de gestão atualmente utilizado pelo IBAMA. Ele explicou que neste caso empodera-se os pescadores em relação aos recursos e a área.

A reunião foi retomada no dia 23 e teve sua abertura com a presença do Coordenador do CGSL, Rômulo Mello - Diretor de Fauna e Recursos Pesqueiros do IBAMA, que agradeceu a presença de todos, desculpou-se por não poder estar presente durante a reunião e completou referindo-se quanto a importância do CGSL para a manutenção do recurso lagosta.

ITEM 09 – Apresentação das ações de estímulo ao uso de petrechos permitidos

a. Informe das Gerências Executivas do IBAMA

Após a abertura do segundo dia da reunião a palavra foi passada ao Sr. Raimundo Bonfim, representante das Gerências Executivas do IBAMA, que, com o apoio dos representantes estaduais, fez o relato das reuniões dos Grupos de Gestão de Uso Sustentável de Lagostas dos estados, com seguintes destaques:



CEARÁ (Raimundo Bonfim – Gerente do IBAMA/CE):

- PFL: O Plano de Fiscalização da Pesca de Lagostas do estado foi encaminhado à DIPRO em dezembro de 2004, para servir de base para os demais estados;
- Reuniões do Grupo de Gestão de Uso Sustentável de Lagostas: estão sendo realizadas seguindo o cronograma firmado, e está sendo feito o recadastramento da frota;
- Ações de estímulo ao uso dos petrechos permitidos: As ações de incentivo ao uso de petrechos permitidos não tiveram muito progresso, mas as ações com o Banco do Nordeste - BNB estão ocorrendo, inclusive por que esta agência financeira é membro do grupo estadual. No entanto, estão sendo realizadas ações por parte de grupos de pescadores para manutenção da caçoeira por mais 1 ano; e,
- Tamanho Mínimo: foi acordada nas reuniões ocorridas no estado a unificação do tamanho mínimo em 13 cm, para as duas espécies de lagostas capturadas.

RIO GRANDE DO NORTE (Sr. Solon Fagundes – Gerente Executivo)

- PFL: O plano do estado foi encaminhado à DIPRO em Janeiro/2005 no valor de R\$ 255.000,00. Foi ressaltada a necessidade de atuar contra a pesca com compressor.
- Reuniões Grupo de Gestão de Uso Sustentável de Lagostas: estão sendo realizadas regularmente;
- Ações de estímulo ao uso dos petrechos permitidos: estão sendo realizados contatos com o BNB para acesso do pequeno pescador às linhas de crédito.
- Tamanho Mínimo: nas reuniões corridas no estado o posicionamento é contra a unificação do tamanho mínimo para as duas espécies de lagostas capturadas.

ESPÍRITO SANTO (Nilamon Leite):

- PFL: O plano foi apresentado à DIPRO durante a reunião;
 - Reuniões do Grupo de Gestão de Uso Sustentável de Lagostas: estão sendo realizadas e nas reuniões foram definidas as seguintes ações: revisão do número atual de embarcações para 200 barcos no estado e proibição do uso de compressor, inclusive para pesca de ornamentais;
 - Ações de estímulo ao uso dos petrechos permitidos: não há financiamento no estado para troca de petrechos. Solicitam, ainda, justificativas técnicas para a exclusão da rede de caçoeira, ou seja, estudos científicos que embasem a proibição;
- Quanto ao uso de covos ou manzuás, foram realizados testes com a referida arte contando com o apoio de apenas 1 armador operando em área onde não são utilizadas redes de caçoeira para pesca e o acompanhamento resultou na captura de 2 lagostas em um período de 3 dias. Foi realizado outro ensaio com covos cônicos e não foi bem sucedido, inclusive, não houve captura de lagostas. No momento estão sendo testados novos covos.

PIAUÍ – (Ivan Mota)

- PFL: O plano foi encaminhado à DIPRO em fevereiro/2005.
- Reuniões do Grupo de Gestão de Uso Sustentável de Lagostas: O Grupo Gestor foi instituído em 17/01/05 com a adesão de 12 instituições participantes e as reuniões estão sendo realizadas.
- Ações de estímulo ao uso dos petrechos permitidos: Não estão sendo realizadas ações nesse sentido, uma vez que os usuários questionam a proibição do uso da caçoeira por considerarem que os culpados pela pressão ao estoque de lagostas são, a frota não-permissionada e o uso de compressor.
- Tamanho Mínimo: há divergências entre os setores representados no estado, ou seja, os armadores de pesca são favoráveis à unificação do tamanho mínimo de captura das lagostas verde e vermelha em 13 cm, enquanto que as ONG'S e os pescadores são contrários, por não haver base científica.

SERGIPE (Salustiano dos Santos)

- A pesca de lagostas no estado de Sergipe difere dos demais estados, sendo que há apenas 6 meses foi identificado que existe pesca de lagosta no estado, sendo identificadas embarcações do estado do Ceará utilizando a rede de caçoeira e o compressor. Está sendo iniciado um trabalho no estado para saber como é realizada a pesca.



PARÁ (Antônio Mello)

- Ações de estímulo ao uso dos petrechos permitidos: Não estão sendo realizadas ações nesse sentido, uma vez que a pesca com rede de caçoeira já é proibida. Com o trabalho da fiscalização ninguém desembarca no estado usando caçoeira e , então os barcos migram para o estado do Maranhão.
- Tamanho Mínimo: Quanto a unificação dos tamanhos mínimos é indiferente, pois no estado do Pará só há captura de lagostas acima de 13 cm.

AMAPÁ (Eduardo)

- No estado do Amapá não há indústria ou pescadores de lagosta. Não há fiscalização de embarcações no mar por não haver recurso financeiro. Defende a unificação do esforço de fiscalização com o Pará.

b. Informes Institucionais: SEAP/PR

O Sr. Francisco Machado Filho, representante da Secretaria em Brasília, comentou sobre os recursos totais repassados pela SEAP/PR os quais deveriam ser utilizados na fiscalização. Os demais pontos comentados são listados a seguir:

- Sugere que hajam ações mais efetivas para alocação e abertura de crédito para pescadores artesanais e recomendou que fossem realizadas reuniões nacionais com a presença de representantes de cada estado, a Ministra do MMA, o Secretário da SEAP/PR e o Presidente do IBAMA para efetivar as linhas de crédito;
- SEAP/PR está desenvolvendo programa de cadastramento e recadastramento dos pescadores e frota com o combate a distribuição de seguro desemprego para pessoas que não estão na pesca;
- Está sendo discutido e trabalhado para a efetivação um Plano de manejo da pesca artesanal.

Carla – SEAP/PR - Pesca Artesanal – informou que está trabalhando com a celebração de convênios e que a divulgação dos critérios e demais informações estão na página da SEAP.

Ressaltou que a divulgação tem pouca capilaridade pois não chega aos pescadores. Poucos convênios são celebrados uma vez que as entidades têm apresentado problemas no que diz respeito a legislação.

José Augusto: SEAP/PR/CE

A caçoeira não deve ser utilizada por mais um ano. Há armadores e empresários da pesca no estado do Ceará que financiam petrechos, o que pode ser um alternativa para os pescadores. Acredita que os bancos podem financiar novos petrechos já este ano.

Salientou, ainda, que no seu ponto de vista, atualmente existem dois grandes problemas na pesca da lagosta. Primeiramente o esforço de pesca que poderá ser avaliado após o recadastramento da frota. Em segundo lugar o uso de petrechos de pesca ilegais. Acredita que antes de acabar com o recurso temos que sanar estes problemas.

CGREP/COOPE: Sílvia Lucato

Apoiada nos resultados de pesquisas ressaltou os pontos negativos do uso da rede caçoeira: aumento do esforço de pesca, efeito da ressuspensão do cascalho do fundo nas lagostas e outros organismos de fundo e quebra de estruturas coralinas.

c. Informe das representações de entidades de classe

CNP: Abraão Lincoln

O representante da CNP, colocou que apesar da SEAP/PR estar fazendo o recadastramento no estado do Rio Grande do Norte, fazendo o fomento da pesca e demonstrando este interesse em todas as reuniões, os pescadores artesanais não tem condições nem sociais nem financeiras de substituir, neste ano de 2005, a rede de caçoeira. Sugere que a SEAP/PR e o IBAMA formem uma pequena comissão para ir aos bancos (Brasil e do Nordeste) em 2 ou 3 estados do Nordeste, como planos piloto para buscar financiamento para os pescadores artesanais.



Sugere que este crédito concedido por empresários de pesca para compra de petrechos de pesca, citados no comentário do representante da SEAP/PR/CE, é a agiotagem dos armadores na beira da praia e que os pescadores artesanais querem crédito no banco.

MONAPE: Raimundo Félix

O representante da MONAPE, colocou que SEAP/PR poderia utilizar as embarcações antigas que já não tem mais condições de operar no seu programa de recifes artificiais. Esta medida pode beneficiar também a redução da frota.

Deseja que esta reunião produza um documento como por exemplo, o programa nacional de fiscalização assinado pelo IBAMA e assumindo a responsabilidade de órgão na fiscalização.

TERRAMAR: René

Defendeu o acesso dos pescadores artesanais ao recurso pesqueiro lagosta. Acredita que se houver novo adiamento na "abolição" da rede de caçoeira, o IBAMA perderá a última chance de credibilidade. O TERRAMAR é contra o adiamento da proibição total da rede. Se, e somente se, for impossível impedir o adiamento por questões de falta de financiamento em tempo hábil, que ocorra somente por alguns meses. Avisa que o mercado consumidor mais promissor, que é o americano, está de olho na pesca predatória das tartarugas com a rede. Finalmente, comenta o fato de que o CONEPE apresentou no Grupo de Gestão de Uso Sustentável de Lagostas/CE, um documento pronto para a aceitação da rede de caçoeira e que foi acatado pela maioria dos membros.

CONEPE/Armadores: Eloy de Sousa

Sugeri que o CGSL faça um expediente ao IBAMA questionando a destinação do dinheiro repassado pela SEAP/PR ao IBAMA destinado a custear a fiscalização da pesca, o qual foi quantificado por Francisco Machado.

Pediu a volta ao foco do problema que, em seu entendimento, é o esforço de pesca excessivo. Argumentou que a não retirada de barcos clandestinos fecha as possibilidades de discussão para demais demandas. Afirmou que se a pesca de lagosta fosse feita somente pelos barcos permissionados, não haveria necessidade de mudança de petrechos.

Respondendo ao representante do TERRAMAR quanto ao fato de que o CONEPE apresentou no Grupo de Gestão de Uso Sustentável de Lagostas/CE um documento pronto para a aceitação da rede de caçoeira e que foi acatado pela maioria dos membros, salientou que esta foi a posição do CONEPE e não a sua própria, mas que ele representa a categoria e não a si mesmo.

Presidente da Colônia de Pescadores/RN: Francisco Bezerra

Comentou o fato de que os covos duram pouco mais de 12 meses e que quando vai se pagar os covos já é preciso fazer novos, o que leva a impossibilidade de financiamento pelo banco e que os empresários também não querem fazê-lo.

CPP: Maria Conceição

A representante da CPP, ressalta que tem que haver um firme compromisso de todas as partes desta reunião para que aconteça a troca do petrecho.

Coordenador Substituto do CGSL: José Dias Neto

O Coordenador finalizou informando que o MMA e o IBAMA não estavam discutindo a possibilidade de alterar a IN/IBAMA n.º 32/2004, portanto a rede de caçoeira continuava proibida, a partir de 01/01/2005, conforme consta na referida IN. Salientou que se estava buscando era a forma de viabilizar o uso de petrechos permitidos na pesca de lagostas.

Resumiu, listando a seguir, os pontos sugeridos e acordados durante a reunião:

- Promover reunião no Ceará com representantes do MMA/IBAMA, SEAP/PR, representantes dos pescadores e bancos para viabilizar o financiamento. A reunião ocorreria dia 28/02/05 e teria o Gerente Executivo da GEREX/CE, Raimundo Bonfim como representante do IBAMA no estado,



José Augusto Aragão da SEAP/PR/CE e Abraão Lincoln da CNP, que indicou o Sr. Raimundo Félix para representá-lo;

- Enviar um expediente do CGSL para o Presidente do IBAMA, solicitando imediatamente um plano de fiscalização da pesca de lagostas e esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos financeiros repassados pela SEAP/PR para a fiscalização nos anos de 2003 e 2004;
- Encontrar soluções para a retirada dos barcos não permissionados, considerando que já está acontecendo o recadastramento da frota, mas urge a necessidade de diminuir o esforço e realocar a mão de obra;
- Retomada da discussão sobre a criação de área para a pesca de pequena escala; e,
- Criação de um grupo de trabalho para acompanhar e avaliar as ações que visam o uso de petrechos permitidos, com prazo de 30 dias.

ITEM 06 – Apresentação de sugestões e aprovação dos nomes dos componentes dos Subcomitês Científico e de Cumprimento

O item 06 foi retomado com a apresentação de sugestão de nomes de pesquisadores para compor o Comitê Científico, e foi ressaltado que deveriam ser pesquisadores de notório saber e dedicação a pesquisa da lagosta, com histórico e atuação na área. Foram sugeridos os seguintes nomes:

Nome	Instituição	Área de Atuação
1. Carla Carneiro Marques	CEPENE	Biologia pesqueira
2. Carlos Tassito Correa Ivo	assessor CEPENE e CEPNOR	Biologia pesqueira
3. Sônia Maria Martins de Castro e Silva	LABOMar	Economia
4. José Airton de Vasconcelos	IBAMA/RN	Biologia pesqueira
5. José Augusto Negreiros Aragão	SEAP/PR	Biologia pesqueira / Economia
6. Antonio Aduino Fonteneles Filho	LABOMar	Biologia pesqueira
7. Massayoshi Ogawa	UFC	Técnico em pescado
8. Jorge Lins	UFRN	Biologia pesqueira
9. Aline Barreto	UFPE	Biologia pesqueira
10. Israel H. N. Cintra	UFRA/CEPNOR	Biologia pesqueira
11. Manuel Cavalcante	UFC	Biologia pesqueira
12. Samuel Nélio Bezerra	IBAMA CE	Biologia pesqueira
13. Cira Nina Cavalcante	IBAMA CE	Biologia pesqueira
14. Martin Lindsey Christoffersen	DSEUFPB	Biologia pesqueira
15. Agnaldo Silva Martins	UFES	Biologia pesqueira
16. Antônio Clerton de Paula Pontes	CEPENE	Biologia pesqueira
17. Antônio Carlos Diegues	USP	Sócio-Antropologia
18. Lurdes Furtado	Museu Goeldi	Sócio-Antropologia
19. Simone Maldonado	UFPB	Sócio-Antropologia
20. Maria Cristina Maneschky	UFPA	Sócio-Antropologia
21. Roberto Cláudio	UFC	Sócio-Economia
22. Antônio Alberto Cortes	UFRN	Sócio-Economia
23. Raimundo Reinaldo Carvalho da Silva	SAGRI/PA	Biologia pesqueira
24. Sonia	UFRN	Sócio-Antropologia
25. Alberto Kiuharo Nishida	UFPB	Biologia pesqueira / Sócio-Antropologia
26. Representante da COPES	IBAMA Sede	

Serão realizados contatos preliminares e, posteriormente, enviados convites aos pesquisadores indicados, mas por orientação do Coordenador Substituto do CGSL o Subcomitê Científico será composto por 20 membros com equilíbrio entre as áreas de atuação. Ainda, completou informando que a participação de representante dos pescadores será avaliado pelo subcomitê.



Quanto ao Subcomitê de Cumprimento foi decidido que será composto por três representantes do governo (SEAP/PR, IBAMA/MMA e Marinha) e 3 representantes da sociedade civil (ONG – Instituto TERRAMAR, pesca artesanal - CNP, pesca industrial - CONEPE). Os representantes do governo serão os membros indicados pela instituição, já em relação aos representantes da pesca artesanal e industrial caberá às representações do setor defini-los.

VI – DELIBERAÇÕES FINAIS

O cronograma de ações do CGSL foi revisado e atualizado, conforme apresentado no ANEXO C e cabe destacar as seguintes deliberações da reunião:

- 1- Elaboração de nota para a imprensa sobre a proibição da caçoeira;
- 2- Compromisso de disponibilizar as informações das reuniões estaduais e do grupo de incentivo ao uso de petrechos permitidos a todos os membros da CGSL;
- 3- Promover reunião no estado do Ceará, com a participação SEAP/PR, MMA/IBAMA, representantes dos pescadores e bancos, para viabilizar o financiamento visando a substituição dos petrechos proibidos (Segunda-feira, 28/02/05). Representantes: Assessor da - SEAP/PR, Raimundo Bonfim - IBAMA, Eloy de Souza – CONEPE e Raimundo Félix – MONAPE;
- 4- Expediente para o Presidente do IBAMA solicitando imediata elaboração e implementação de um plano de fiscalização da pesca da lagosta;
- 5- Expediente para a presidência do IBAMA solicitando resposta quanto à aplicação dos recursos oriundos da SEAP/PR para a fiscalização em 2003 e 2004;
- 6- Criação de um grupo de trabalho para, em 30 dias, acompanhar e avaliar as ações que visam o uso de petrechos permitidos na pesca de lagostas;
- 7- Não houve consenso quanto a unificação do tamanho mínimo.

Destaca-se que a próxima reunião do CGSL será no início do segundo semestre (23 e 24/08), podendo ocorrer uma extraordinária, conforme indicativo do grupo de trabalho que fará a avaliação das ações que visam o uso de petrechos permitidos, em articulação com o Coordenador do CGSL.

Cabe ainda esclarecer, que o recadastramento de embarcações visa conhecer as frotas e subsidiar ações de ordenamento da pesca e não legalizar as embarcações não permissionadas. A legislação atual não permite novas permissões para a pesca de lagostas.

A reunião foi encerrada, o Coordenador Substituto do CGSL agradeceu o empenho e a colaboração de todos os participantes e destacou que a ata da reunião será encaminhada o mais breve possível.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS – IBAMA
DIRETORIA DE FAUNA E RECURSOS PESQUEIROS – DIFAP

ANEXO A

2ª Reunião do Comitê de Gestão de Uso Sustentável de Lagostas – CGSL

AGENDA

PERÍODO: 22 E 23 DE FEVEREIRO DE 2005
LOCAL – BRASÍLIA/DF, CENTRE/IBAMA

22/02/05

- 1- Aprovação da Agenda - APROVADA
 - 2- Objetivo da reunião – DIRETOR da DIFAP - DISCUTIDO
 - 3- Aprovação da Ata - APROVADA
 - 4- Nomeação dos componentes do Comitê - DISCUTIDO
 - 5- Discussão e aprovação do Regimento Interno – DISCUTIDO E APROVADO
 - 6- Apresentação do Plano Nacional de Fiscalização – DIPRO/IBAMA - INICIADO
 - 7- Experiência de Certificação de Lagostas – TERRAMAR - APRESENTADO
-

23/02/05

- 8- Apresentação das ações de estímulo ao uso de petrechos permitidos
 - ◆ Informe das Gerências Executivas do IBAMA
 - ◆ Informe da SEAP/PR e representações dos estados do Ceará e Rio Grande do Norte, dentre outros
- 9- Apresentação dos resultados das discussões nos estados sobre a unificação dos tamanhos mínimos das lagostas
- 10- Apresentação de sugestões e aprovação dos nomes dos componentes dos Subcomitês Científico e de Cumprimento
- 11- Continuação da apresent. do Plano Nac. Fiscalização-DIPRO/IBAMA
- 12- Encaminhamentos para a próxima reunião do Comitê
- 13- Encerramento



ANEXO B



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

REGIMENTO INTERNO

COMITÊ DE GESTÃO DE USO SUSTENTÁVEL DE LAGOSTAS-CGSL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente regimento visa ao estabelecimento das normas de funcionamento do Comitê de Gestão de Uso Sustentável de Lagostas - CGSL, instituído pela Portaria IBAMA N.º 83, de 23 de setembro de 2004, da Presidência do IBAMA.

Art. 2º O CGSL, constituído de forma paritária e de caráter consultivo, tem o objetivo de assessorar o IBAMA na tomada de decisão sobre a gestão do uso sustentável de lagostas no litoral brasileiro.

§1º As deliberações do CGSL terão como princípio básico a gestão compartilhada de responsabilidades no que se refere ao uso sustentável dos recursos lagosteiros.

§ 2º O CGSL conta com um Subcomitê Científico, um Subcomitê de Cumprimento e com Grupos de Gestão nos estados, para auxiliá-lo e subsidiá-lo em suas deliberações.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

O CGSL será composto por representante, titular e suplente, dos seguintes órgãos e entidades da administração pública, do setor privado e das organizações não governamentais:

- I Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- a) Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros – DIFAP;
- b) Diretoria de Proteção Ambiental – DIPRO;
- c) Gerência Executiva Estadual.



- II Ministério do Meio Ambiente – MMA;
- III Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC;
- IV Ministério do Trabalho e Emprego - MTE;
- V Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR;
- VI Comando da Marinha, do Ministério da Defesa;
- VII Confederação Nacional dos Pescadores - CNP;
- VIII Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP;
- IX Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE;
- X Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura – CONEPE;
 - a) Segmento Industrial;
 - b) Segmento Armador.
- XI Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria de Pesca;
- XII Sindicatos de Patrões de Pesca;
- XIII Organização Ambientalista Não - Governamental.

Parágrafo único Os representantes e respectivos suplentes dos órgãos e entidades da administração pública, do setor privado e das organizações não governamentais mencionados neste artigo, após indicação das suas Instituições e entidades de classe nacionais, serão designados por ato administrativo do Presidente do IBAMA, com mandato de dois anos, permitida a recondução por mais um período.

Art. 4º O CGSL será coordenado pelo Diretor de Fauna e Recursos Pesqueiros – DIFAP, do IBAMA, e terá uma Secretaria Executiva a cargo da Coordenação - Geral de Gestão dos Recursos Pesqueiros – CGREP, da DIFAP/IBAMA.

Parágrafo único. O Coordenador do CGSL, em suas ausências e impedimentos eventuais, será substituído pelo Coordenador - Geral de Gestão dos Recursos Pesqueiros, da DIFAP/IBAMA, o qual exercerá a função de Coordenador Substituto do Grupo.



CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO E DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 5º O CGSL terá as seguintes atribuições:

I - discutir, propor e monitorar a aplicação de medidas para a gestão do uso sustentável dos recursos lagosteiros;

II - manter sistemas de análise e informação sobre os dados bioestatísticos das pescarias de lagostas, bem como da conjuntura econômica e social da atividade lagosteira;

III - propor e opinar sobre termos de cooperação técnica, inclusive no âmbito de reuniões internacionais sobre gestão da pesca de lagostas ou assuntos correlatos; e

IV - acompanhar a implementação dos trabalhos dos Subcomitês Científico e de Cumprimento e dos Grupos de Gestão dos estados e outros instrumentos de assessoramento e apoio aos trabalhos do CGSL.

Art. 6º Ao Coordenador do CGSL compete:

I - Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias;

II – Coordenar os trabalhos do CGSL e apoiar as atividades dos Subcomitês e Grupos de Gestão nos estados;

III – Viabilizar os recursos necessários aos trabalhos do CGSL; e

IV - Requisitar informações e pareceres dos órgãos públicos cuja atuação interfira direta ou indiretamente com o recurso lagosta.

Art. 7º A Secretaria Executiva do CGSL proporcionará o apoio técnico e administrativo necessários ao seu funcionamento, inclusive no que se refere à implementação das seguintes ações:

I - Assegurar a sistematização e disponibilização aos membros CGSL, na forma por eles indicada, informação sobre a pesca de lagostas no país;

II - Promover a coleta de dados, informações e elaboração de relatórios por pesquisadores ou observadores científicos;

III – Apoiar as atividades e trabalhos, bem como promover a integração do Subcomitê Científico, do Subcomitê de Cumprimento e dos Grupos de Gestão nos estados;



IV – Organizar e realizar as reuniões ordinárias e extraordinárias;

V – Interagir com os Coordenadores dos Subcomitês e Grupos de Gestão nos estados na condução dos assuntos do CGSL; e

VI - Solicitar, sempre que necessário, os relatórios de atividades e atas de reunião dos Subcomitês e Grupos de Gestão nos estados, bem como repasse desses para todos os membros.

Art. 8º Aos membros do CGSL compete:

I – Fazer-se presente nas reuniões;

II – Atender às demandas do CGSL; e

III – colaborar para o cumprimento das deliberações do CGSL, junto aos órgãos, entidades da administração pública, do setor privado e das organizações não governamentais representadas.

Art. 9º Os Subcomitês de Pesquisa e de Cumprimento elaborarão as propostas de seus Regimentos Internos para aprovação do CGSL, contemplando suas competências e forma de atuação, que serão formalizados por ato administrativo do presidente do IBAMA.

CAPÍTULO IV

DAS REUNIÕES E DOS PROCEDIMENTOS

Art. 10 O CGSL reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por ano, podendo reunir-se, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Coordenador, ou por um terço, no mínimo, dos membros em exercício.

Art. 11. A convocação dar-se-á com antecedência de 20 (vinte) dias para as reuniões ordinárias e de 10 (dez) dias para as extraordinárias, contendo:

I - a data, o local e o horário em que será realizada a reunião;

II - a proposta de agenda;

III - cópia da ata da última reunião que será submetida à aprovação, quando for o caso.

Art. 12. As reuniões do CGSL serão instaladas com quorum mínimo de cinquenta por cento mais um dos membros representantes, e as recomendações e deliberações serão tomadas, preferencialmente, por consenso.

§ 1º Na impossibilidade de consenso serão anotados o posicionamento dominante e as dissidências.



§ 2º As posições institucionais serão de responsabilidade dos titulares e, na ausência destes, dos respectivos suplentes.

Art. 13. Poderão participar das reuniões do CGSL, outros representantes de órgãos governamentais, organizações não - governamentais e entidades representativas de classe, na condição de observadores, desde que convidados ou autorizados pela maioria dos integrantes do CGSL.

Art. 14. Os coordenadores dos Subcomitês deverão participar das reuniões do CGSL.

Art. 15. Os suplentes, os convidados e os coordenadores dos Subcomitês terão direito a voz, nas reuniões do CGSL.

Art. 16 Os Grupos de Gestão de Uso Sustentável de Lagostas estaduais terão regimento próprio e os resultados das reuniões serão reportados pelo representante das gerências executivas do IBAMA no CGSL.

Parágrafo único Poderá participar das reuniões do CGSL, com direito a voz, um representante de cada Grupo de Gestão de Uso Sustentável de Lagostas estadual.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. O presente regimento poderá ser alterado pelo CGSL, em reunião contando com pelo menos dois terços de seus membros, expressamente convocados para tal finalidade, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência.

Art. 18. Os recursos para operacionalização do CGSL, bem como dos seus trabalhos, serão alocados na programação anual do IBAMA.

Art. 19. As funções exercidas pelos membros do CGSL não serão remuneradas, sendo as atividades por eles desenvolvidas, consideradas de relevante interesse público.

Art. 20. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões ou consultas aos membros do CGSL.

MARCUS LUIZ BARROSO BARROS
Presidente



ANEXO C

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS DO CGSL

Ação	Responsável	Data	Obs
Plano Nacional de Gestão do Uso Sustentável da Lagosta	DIFAP	Elaborado em 2005 e submetido ao CGSL Apreciação na 3ª Reunião CGSL	Deve agregar as propostas emergenciais listadas aqui, com ações de curto, médio e longo prazo.
Elaboração de Proposta de Regimento Interno	DIFAP-IBAMA	Até 31.12.04 Os membros deverão retornar até 30.01.05	Aprovação na 2ª. Reunião CGSL OK
Proposição de Nomes Sub-Comitês Científico e de Cumprimento (componentes do CGSL)	Todos	Até 30.01.05	Aprovação na 2ª. Reunião CGSL OK
2ª. Reunião do CGSL	DIFAP-IBAMA	entre 22 e 23.02.05	OK
1ª. Reunião do Comitê Científico	CEPENE-IBAMA	Até 30.05.05	Consulta aos indicados, formalizar o grupo e propor pauta
1ª. Reunião do Comitê de Cumprimento	DIFAP-IBAMA	Até 30.05.05	Definir comite de 6 membros, titular e suplentes, paritário, pendencia de nomes
3ª. Reunião do CGSL	DIFAP-IBAMA	A ser definida na 2ª. Reunião CGSL	Meados de agosto, 23 e 24/08
- Ações de estímulo ao uso de petrechos permitidos	Nacional – SEAP-PR e IBAMA Estadual - Representação SEAP-PR e GEREX-IBAMA	Apresentação na 2ª. Reunião CGSL OK	Os parceiros serão identificados na estruturação das ações <ul style="list-style-type: none">◆ Reunião com o BNB no dia 28/02/05 (SEAP, IBAMA, MONAPE e CONEPE)◆ Grupo de trabalho com prazo de 30 dias para avaliar o processo (IBAMA, SEAP, CONEPE e CNP)
Ação-Plano Nacional de Fiscalização	Nacional – DIPRO-IBAMA, com a colaboração da DIFAP-IBAMA Estadual – GEREX-IBAMA (do AP ao ES)	Até 31.12.04	DIPRO usar como modelo a proposta CE, encaminhar às Gerex envolvidas (MEMO CIRC DIPRO e DIFAP) Pendente, falta consolidação nacional, reunião dia 01/03 para definir prazo
Definir o esforço suportável para o recurso lagosta, no estado atual (número de embarcações)	Nacional – DIFAP-IBAMA Estadual – GEREX-IBAMA	Discussão Estadual – Discussão Nacional – 3ª. Reunião CGSL	Tratar em conjunto. A reunião nos estados aconteceria após a reunião do subcomitê científico (com base nas informações



Controle e monitoramento da frota	IBAMA(DIFAP e DIPRO), SEAP-PR	Proposta para 3ª.Reunião CGSL	técnico-científicas atualizadas)
Elaborar e Implantar programa de realocação de mão-de-obra	SEAP-PR	Discussão Nacional – 3ª. Reunião CGSL	Após definição de tamanho de frota Após reunião do subcomitê científico
Guia de Origem da Lagosta (GOL)	Nacional – DIFAP e DIPRO-IBAMA Estadual – GEREX-IBAMA	Discussão Estadual – <i>Até 31.07.05</i> <i>e consolidação apresentada na 3ª reunião do CGSL</i>	Parecer jurídico sobre a viabilidade desta medida até 30.04.2005, Discussão institucional IBAMA, SEAP até 31.05.05
Capacitação dos órgãos parceiros para fiscalização	DIPRO-IBAMA	Elaboração de Proposta – <i>Até 30.04.05</i>	Levantamento de demandas junto aos órgãos parceiros,
Treinamento e informação de usuários do recurso lagosta	SEAP, IBAMA (DIFAP e GEREX), MTE	Elaboração de Proposta – <i>Até 31.07.05</i>	Deve ser promovido durante os defesos em articulação com o seguro-defeso
Unificar os tamanhos mínimos das lagostas	DIFAP, DIPRO e GEREX-IBAMA	Discussão Estadual - Até 2ª. Reunião CGSL OK	Não houve consenso,
Acordo Brasil/ EUA (NOAA) para fiscalização nos porto americanos	IBAMA-DIPRO, MRE, MDIC	Discussão na reunião do dia 01.03.05	
Acordo de cooperação IBAMA e MAPA para controle do tamanho mínimo	IBAMA-DIPRO e (colaboradores DIFAP e GEREXs) e MAPA	Discussão na reunião do dia 01.03.05	Prazo a ser definido
Implantar como área piloto, uma unidade de conservação marinha do uso sustentável	DIFAP e GEREX-IBAMA, CNPT e DIREC, MMA/Núcleo da zona costeira e marinha	Discussão nos grupos estaduais. Encaminhar proposta até a 4ª. Reunião CGSL	Discussão no Sub-comitê científico e de cumprimento
Captura de peixes ornamentais marinhos e/ou estuarinos com mergulho	DIFAP e GEREX-IBAMA	Discussão nos grupos estaduais. Encaminhar proposta até a 4ª. Reunião CGSL	Discussão no Sub-comitê científico e de cumprimento
Fortalecer e cobrar as Gerex-IBAMA objetivando melhor monitoramento e pesquisa	DIFAP-IBAMA		Ação permanente